

## ATA SEI



**SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO DELIBERATIVO DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO**  
**RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - RDS ILHA DO MORRO DO AMARAL**



26/03/2013  
13 Anos

A Presidência do Conselho Deliberativo **RDS** Ilha do Morro do Amaral, faz saber: O Sistema Nacional de Unidades de Conservação SNUC ([Lei Federal 9.985, de 18 de julho de 2000](#)), dispõe sobre os critérios de criação, implantação e gestão das Unidades de Conservação. A Reserva de Desenvolvimento Sustentável RDS Ilha do Morro do Amaral por suas características naturais e culturais relevantes, foi recategorizada pela ([Lei 7.208, de 12 de abril de 2012](#)). O Conselho Deliberativo da Reserva de Desenvolvimento Sustentável RDS Ilha do Morro do Amaral criado por intermédio do ([Decreto Nº 20.321, de 26 de março de 2013](#)), e alterado pelo ([Decreto 52.044, de 11 de janeiro de 2023](#)), tem a função de deliberar a respeito da administração dessa Unidade de Conservação, conforme seu Regimento Interno ([Decreto 53.960, de 21 de março de 2023](#)), e suas atualizações, e, por intermédio de seu [Plano de Manejo](#), homologado pelo ([Decreto 60.322, de 10 de junho de 2024](#)). As Reuniões Plenárias Ordinárias ocorrem conforme [Calendário Anual](#), e demais informações ou inscrições para as atividades do Conselho poderão ser solicitadas através do e-mail: [sama.uac@joinville.sc.gov.br](mailto:sama.uac@joinville.sc.gov.br)

**Ata da Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo da RDS Ilha do Morro do Amaral, realizada em 27/01/2026.**

No vigésimo sétimo dia, do mês de janeiro, do ano dois mil e vinte e seis, às dezesseis horas e cinco minutos, superado o quórum regimental para início de suas atividades reuniu-se o Conselho Deliberativo da RDS Ilha do Morro do Amaral, no Auditório da ETE Jarivatuba - Rua Rio Velho, S/N - Bairro Paranaguamirim, Joinville, Estado de Santa Catarina. [Estiveram presentes](#) os seguintes [Integrantes](#) do Conselho Deliberativo da **RDS** Ilha do Morro do Amaral, mandato de 15/01/2025 à 14/01/2027, conforme [Decreto 63.226, de 14 de Novembro de 2024](#) e suas atualizações: Iracema Cândido, Vice-Presidente do Conselho Deliberativo da RDS Ilha do Morro do Amaral; Felipe Alberton de Oliveira, da SAMA; Dirk Henning, da AMUT; Michele Regina Brand, da CPJ - Colônia Pescadores Z32 de Joinville; José Mário Gomes Ribeiro, do CHBB; Cristiano Viana Abrantes, da SECULT.UPM; Wilmar Manske, do NEEB; e, Rosângela Moser, da SECULT.UTE. Demais participantes e ouvintes também se fizeram presentes cujos nomes serão lançados nessa Ata juntamente com a anexação da lista de presença dos Conselheiros, mencionando: Waldir Vieira, Eliete França, Moradores da RDS; Bruna Alexandre Boschini, da CAJ; Dalton Pascuo, Vera Marcia Verch, Dayane Cândido Bento, Luiz Carlos da Silva Seixas, e, José Augusto de Souza Neto, da SAMA. O Secretário Executivo dos Conselhos, José Augusto de Souza Neto, cumprimenta a todos, e comunica que em face da Presidente deste Conselho, Magda Cristina Villanueva Franco encontrar-se em compromisso funcional, na qualidade de Delegada na Conferência das Cidades, esta reunião será presidida pela Vice-Presidente, Iracema Cândido. Na Sessão Plenária foram desenvolvidos os seguintes temas pautados na convocatória: **1)** Aprovação da Ata do dia 25/11/2025; **2)** Atendimento na SAMA - Solicitação de Melhorias (Dayane); **3)** Projeto Instalação Postes de Iluminação; **4)** Apresentação NEEB; **5)** Sugestões de Pauta e Palavra Livre - Regularização Fundiária, SEHAB. **Pauta 1) Aprovação da Ata do dia 25/11/2025:** A Vice-Presidente do Conselho Deliberativo da Reserva de Desenvolvimento Sustentável da Ilha do Morro do Amaral, Iracema Cândido questiona se todos os Conselheiros receberam a Ata encaminhada, e se haviam quaisquer contribuições ou manifestações. Não ocorrendo manifestações ou demais contribuições foi colocada em votação a Ata da Reunião Plenária do dia 25/11/2025, sendo aprovada por unanimidade de votos dos Conselheiros. Sem mais manifestações a Vice-Presidente Iracema encerra esta pauta, passando para o próximo item. **Pauta 2) Atendimento na SAMA - Solicitação de Melhorias (Dayane):** A Vice-Presidente Iracema convida a Gerente Dayane Cândido Bento, da SAMA.UCP (Unidade de Concessões e Atendimento ao Público) para apresentação desta pauta, a qual cumprimenta a todos e inicia sua exposição ressaltando que atua há 18 anos na Prefeitura e atualmente responde pela supracitada Unidade, e que compareceu nesta reunião atendendo um convite da Gerente

Magda Cristina, Presidente desse Conselho, com o objetivo de ouvir as demandas locais e avaliar melhorias nos serviços prestados pela Secretaria de Meio Ambiente. A Vice-Presidente, Iracema Cândido, Representante da APP Escola Municipal Prof<sup>o</sup> Reinaldo Pedro França relatou a dificuldade da comunicação dos moradores, especialmente os das comunidades tradicionais, quando precisam interagir com a SAMA, em razão do uso de termos técnicos e de um português muito formal, o que afeta a compreensão dos processos por parte desses moradores. Há uma situação penosa referente ao uso de tecnologias, como o *WhatsApp* ou protocolos digitais para solicitações, muitas vezes por falta de familiaridade com a tecnologia, o que gera a necessidade de um auxílio direto no atendimento. A moradora Eliete França Henning citou um caso quando buscou auxílio para ligação de água e recebeu respostas conflitantes entre a CAJ e a SAMA, gerando frustração, e sugeriu que os atendentes adotem uma fala mais acessível, para que o cidadão saia do balcão com o problema resolvido ou um encaminhamento mais claro. Eliete discorre sobre um fato específico discutido que envolveu uma moradora de comunidade tradicional que reside em uma extensão de terra herdada do pai; que ao solicitar pedido de anuência para ligação de água foi negado porque o nome da moradora não constava na lista oficial de ocupações consolidadas, embora o nome do pai, antigo proprietário estivesse registrado. O Conselheiro Felipe Alberton de Oliveira, da SAMA.UGA esclarece que houve a verificação de que a casa em questão foi construída após o ano de 2016, e pelas regras atuais de regularização e proteção ambiental da SAMA, novas moradias em áreas de preservação não são contempladas com novas ligações de serviços, mesmo em núcleos tradicionais. Eliete pondera sobre o fato de a supracitada casa possuir energia elétrica, no entanto ter o pedido de água negado, relatando que em alguns casos de famílias tradicionais multigeracionais, a CELESC conseguiu viabilizar a instalação de energia elétrica para filhos que construíram nos fundos dos terrenos dos pais. Outro ponto abordado por Eliete diz respeito qual o critério adotado para a instalação de cerca de 500 novos postes de energia na RDS. Dayane esclareceu que o projeto de iluminação pública segue critérios técnicos e jurídicos rigorosos, enfatizando que a existência de um poste de iluminação na rua não garante automaticamente o direito à ligação domiciliar para moradias novas ou irregulares. Dayane esclarece que com base nas informações recebidas da empresa QLUZ, concessionária responsável pelo serviço de iluminação pública em Joinville, o projeto autorizado para a região após a ponte consiste exclusivamente na substituição de luminárias existentes, por tecnologia mais moderna; o contrato de concessão da iluminação não prevê a instalação de novos postes em áreas irregulares ou de preservação sem a devida anuência, e, em decorrência deste fato sugere convidar representantes da CELESC para as próximas reuniões com o objetivo de alinhar os procedimentos entre a concessionária de energia e o Conselho Gestor da APA, garantindo que a concessão de serviços públicos siga critérios idênticos e rigorosos de anuência ambiental. Dayane reconheceu a dificuldade enfrentada por uma parcela da população com o avanço das plataformas digitais, destacando a dualidade do atendimento atual em que são atendidos Empreendedores e Profissionais que buscam serviços de licenciamento, possuem facilidade com o autosserviço digital, todavia, muitos moradores ainda dependem do atendimento direto de balcão em face das barreiras para quem não possui habilidade tecnológica. As Secretarias como Assistência Social, Habitação, e Saúde ainda atendem uma grande parcela da população que necessita de orientação presencial. O compromisso da gestão para 2026 é retomar o convívio direto com as pessoas e treinar os servidores para um atendimento mais humanizado. Iracema recorda que no ano de 2025 foi negado um pedido de ligação de água para uma moradora; Alberton enfatizou que, se a moradora apresentar a documentação que comprove a ocupação anterior ao marco temporal de 2016, ela terá direito à ligação de água. A licença foi negada por falta de comprovação de vínculo. O nome da moradora não consta na lista oficial, e ela se recusou a fornecer os documentos de seu Pai, o antigo proprietário, fato esse que travou a continuidade do processo. A Lei deve ser mantida, mas há abertura para análise de provas documentais. Iracema sugere a realização de uma visita técnica para avaliar o "real desconforto" da família e verificar a situação *in loco*, buscando uma solução que concilie a dignidade humana com a legislação ambiental. Alberton reforça a necessidade de que os requerentes apresentem a documentação completa solicitada para a continuidade das análises de anuência ambiental; no caso específico ora discutido, da moradora de comunidade tradicional, se faz necessário a apresentação dos documentos comprobatórios de vínculo com o antecessor, proprietário original antes de 2016, para que o processo avance para a etapa de vistoria e possível liberação de ligação de água. O Secretário Executivo José Augusto de Souza Neto ressalta que a análise técnica é de responsabilidade dos departamentos internos da Prefeitura, mas a deliberação final sobre casos complexos de anuência permanece sob a autoridade deste Conselho Deliberativo. O Conselheiro Dirk Henning, da AMUT demonstra preocupação quanto ao aumento na procura por licenças de construção, reforma, e regularização fundiária nos próximos meses, em face do desconhecimento da população sobre os regramentos de proteção ambiental. Dayane sugeriu a realização de oficinas e capacitações específicas para os Conselheiros e a Comunidade sobre processos de REURB, construção de calçadas, regularização de comércios, e drenagem, para que os moradores busquem a legalidade antes de iniciar obras, evitando autuações e danos ao meio ambiente. O Conselheiro Wilmar Manske, do NEEB Núcleo Espírita Eurípedes Barsanulfo mencionou a relevância de se manter registros secundários, como *e-mails* e comprovantes antigos de pagamento de água, que possam auxiliar na instrução do pedido de regularização. Alberton enfatizou que, embora o imóvel não possua escritura, a equipe técnica buscará meios legais de avaliar o histórico da ocupação junto às concessionárias para verificar se o caso se enquadra nas exceções previstas para famílias em situação de vulnerabilidade, desde que respeitados os marcos temporais vigentes. O morador da RDS Waldir Vieira menciona que já ocorreu situação em que a CAJ instalou ligação provisória de água mesmo para imóvel não atendido pelo marco temporal, no entanto esta ligação pode ser cancelada após a efetivação da REURB. Dayane encerra sua participação colocando-se à disposição para atendimento de quaisquer situações que careçam da intervenção da SAMA e da Gerência pela qual responde, recebendo calorosos aplausos da Plenária. Sem mais manifestações, a Vice-Presidente Iracema Cândido encerra esta pauta, passando para o próximo item. **Pauta 3) Projeto Instalação Postes de Iluminação:** (pauta cancelada). **Pauta 4) Apresentação NEEB:** A Vice-Presidente Iracema Cândido convida o Conselheiro Wilmar Manske, do NEEB Núcleo Espírita Eurípedes Barsanulfo para apresentação desta pauta, o qual cumprimenta a todos e

anuncia que efetuará a apresentação do Núcleo por meio de vídeo. Iniciando a projeção, o vídeo relata que o NEEB atua no plano material e espiritual por meio de assistência direta à comunidade da Ilha do Morro do Amaral. As ações incluem a entrega de cestas básicas e visitas a famílias em situação de vulnerabilidade. No campo da saúde, a instituição disponibiliza um consultório odontológico em parceria com a Prefeitura de Joinville, que fornece o profissional e os materiais de consumo. Além disso, o salão do núcleo é utilizado para o atendimento de educação infantil de uma escola local. A instituição promove o fortalecimento do universo feminino mediante projetos de Grupo de Convivência e Artesanato. Iniciado no ano de 2017, o curso de artesanato utiliza matérias-primas locais, como a casca de ostra, que é transformada em telas decorativas. O grupo funciona como um espaço de convivência para discutir temas como maternidade, autoestima, e saúde mental, contando com palestras de convidados da sociedade. Coordenado por uma enfermeira obstetra, o grupo acolhe gestantes e mães com filhos de até três anos. Além da orientação técnica, o projeto realiza a doação de enxovais, fraldas, berços, carrinhos, e materiais de higiene, articulados via grupos de *WhatsApp*. Prosseguindo a projeção, é demonstrado que o NEEB gerencia um bazar e brechó abastecido integralmente por doações da sociedade. O processo envolve a triagem de roupas, móveis como fogões, camas, e utensílios domésticos. Enquanto os móveis são doados diretamente aos necessitados, as roupas são vendidas a preços simbólicos variando entre R\$1,00 e R\$5,00 reais, para a própria comunidade. O valor arrecadado é revertido para o custeio de cafés da manhã e compra de itens de primeira necessidade, como fraldas. O Núcleo mantém um laboratório de informática onde são oferecidos cursos de manutenção de computadores, elétrica básica e digitação para adolescentes e crianças. O objetivo é introduzir conceitos de empreendedorismo e ferramentas como *Word e Excel* para facilitar a inserção no mercado de trabalho. O relato destaca casos de sucesso de ex-alunos que seguiram carreira na área de tecnologia, e no exército, graças aos conhecimentos iniciais adquiridos no projeto. Outro fato relevante é o funcionamento de uma horta da instituição que passou recentemente por um processo de revitalização sob nova coordenação. O espaço foca no plantio educativo envolvendo as crianças no preparo de canteiros e adubos, integrando a educação ambiental ao cotidiano da comunidade. O conteúdo destaca o funcionamento prático da horta educativa. Os alimentos colhidos pelas crianças como brócolis e repolho, são integrados ao almoço servido todos os sábados na instituição, reforçando o ciclo de sustentabilidade e nutrição. No campo das artes o vídeo relata as aulas de violão, uma iniciativa que surgiu do pedido de um jovem da comunidade e hoje atende tanto crianças quanto adultos, com planos para uma apresentação de Natal e integração com a evangelização infantil. Um dos relatos mais marcantes revela que a criação do consultório odontológico nasceu de uma observação sensível durante festas de Dia das Mães: as mulheres não sorriam para as fotos por vergonha da ausência de dentes. A implementação do serviço de saúde bucal é descrita como um marco na devolução da dignidade e da alegria às moradoras da comunidade. A Coordenadora do Núcleo compartilha um depoimento pessoal sobre como a instituição transformou sua própria vida após o luto pela perda de uma filha. Ela define o NEEB como uma extensão de sua família, afirmando que "devolveu uma filha e ganhou mais de cem". O relato enfatiza que o vínculo criado é tão forte que crianças atendidas no passado hoje retornam como pais, mantendo a tradição de acolhimento. O vídeo apresenta o testemunho de uma ex-aluna, Michele Brandt, hoje profissional com curso superior e aprovada em concurso público, que iniciará sua carreira como Professora na escola local em 2026. Ela credita ao NEEB a mudança de mentalidade da juventude do Morro do Amaral, que antes via a pesca como o único destino possível. A instituição ofereceu cursos de informática, bordado e inglês, eliminando as barreiras financeiras e geográficas que impediam o acesso ao conhecimento. O encerramento do vídeo propõe uma reflexão sobre a parte mais importante da instituição: o Portão. Para a Coordenação do NEEB, o Portão é o símbolo máximo do acolhimento, pois é por onde entram aqueles que buscam não apenas auxílio material, mas a necessidade de serem ouvidos. A "escutatória" e o abraço são descritos como ferramentas fundamentais para atender dores íntimas e solidão que a família ou a sociedade muitas vezes não conseguem suprir. O Conselheiro Wilmar Manske encerra a apresentação do vídeo, destacando a natureza da relação entre voluntários e comunidade, enfatizando que o trabalho realizado não é uma via de mão única, mas uma troca mútua de entregas, e reitera o reconhecimento do NEEB como uma base de apoio contínuo para as famílias do Morro do Amaral, consolidando-se como uma extensão da história do próprio bairro e da Baía da Babitonga, recebendo calorosos aplausos da Plenária. Sem mais manifestações a Vice-Presidente Iracema Cândido encerra esta pauta passando para o próximo item. **Pauta 5) Sugestões de Pauta e Palavra Livre - Regularização Fundiária, SEHAB.** A Vice-Presidente Iracema Cândido inicia esta pauta passando a palavra para o Conselheiro Dirk Henning, da AMUT, o qual cumprimenta a todos, e inicia sua fala mencionando que ouviu relatos sobre a presença de equipes técnicas de uma empresa de energia elétrica, visitando residências e ofertando a instalação de postes e fiação de até 10 metros. Dirk pontua que essas informações geraram muita confusão na comunidade. A moradora Eliete comentou que a Associação de Moradores manifestou preocupação pelo fato de a Prefeitura de Joinville não ter sido formalmente comunicada sobre esse cronograma, dificultando a orientação aos cidadãos. Felipe Alberton manifestou preocupação sobre o risco de instalações feitas "de qualquer forma", haja vista se os postes forem colocados sem respeitar o futuro arruamento ou o Plano Diretor, as estruturas podem ser consideradas irregulares no futuro. Michele reforçou que qualquer expansão de rede em Unidade de Conservação exige a anuência do Órgão Gestor para evitar conflitos com a legislação ambiental. O Secretário José Neto sugeriu a busca por esclarecimentos oficiais junto à Celesc e à Epagri para confirmar se as visitas fazem parte de um programa governamental de eletrificação rural ou se tratam de ações isoladas que necessitam de fiscalização. Michele Brandt mencionou a angústia da comunidade em relação às marcações de terrenos, "piquetes", feitas em 2006 e boatos de que a área poderia ser transformada em uma praia pública ou sofrer intervenções do INCRA. O principal receio é que investimentos em melhorias nas casas ou a ampliação de restaurantes tradicionais sejam perdidos em futuras ações fiscalizatórias. Dirk ressaltou a importância da Colônia de Pescadores com famílias estabelecidas há mais de 20 anos e profissionais já aposentados na atividade. A comunidade teme que mudanças na classificação do uso do solo ignorem essa tradição secular e deixem os moradores "de mãos atadas" quanto ao desenvolvimento econômico local, especialmente no turismo gastronômico. O Secretário Executivo do

Conselho José Neto buscou tranquilizar os Conselheiros, afirmando desconhecer qualquer plano nesse sentido por parte da Secretaria de Habitação, e, inclusive, propôs oficializar a SEHAB e CELESC a respeito de informações sobre a suposta remoção de pessoas e a instalação dos postes, se assim este Conselho deliberar. A representante da CAJ, Bruna Alexandre Boschini, questiona quando começou a instalação dos postes; no que Iracema informa que essa operação iniciou há três semanas atrás. O morador da RDS, Waldir Vieira comenta acerca de registros de 1987, quando o Morro do Amaral contava com apenas 65 famílias cadastradas nominalmente, e ressalta que ao longo décadas, aconteceram muitas mudanças, como a Lei 7.208 de 2012, que recategorizou a Ilha como Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) gerando uma sensação de insegurança jurídica entre os moradores tradicionais, situação esta que perdura até os dias atuais, mesmo com a homologação do Plano de Manejo em 2024. Dirk relembra discussões ocorridas na Conferência Intermunicipal do Meio Ambiente do Nordeste de Santa Catarina em 2024, sobre projetos de grande impacto, como a construção de uma ponte que atravessaria a região ou a criação de uma represa, o que resultaria na descaracterização do Morro do Amaral, expressando forte descrença na execução dessas obras, classificando-as como ideias antigas que não prosperaram, criticando a falta de clareza e a circulação de informações desencontradas que inquietam a população. Waldir ressalta a situação dos semoventes, como porcos e bois, que continuam soltos pelas vias da RDS, e indaga se existe alguma solução em andamento. O Secretário José Neto comenta que esta é uma situação de fiscalização na área rural, que possivelmente possa ser atendida pela Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC), que atua na defesa sanitária animal, vegetal, inspeção de produtos de origem e controle do agronegócio, e, pode ser contatada por meio do e-mail: [joinville@cidasc.sc.gov.br](mailto:joinville@cidasc.sc.gov.br) e telefone (47) 3481-2310. O Conselheiro Cristiano Viana Abrantes, da SECULT.UPM, comentou que a fiscalização tem efetuado vistorias e reforça os contatos repassados por Neto, acrescentando o número da Ouvidoria do Município, 156, que também pode ser acionado. Iracema saúda mais uma vez a chegada dos novos Conselheiros Felipe Alberton, e Dalton Pascuo. Sem mais manifestações, a Vice-Presidente do Conselho Deliberativo da Reserva de Desenvolvimento Sustentável da Ilha do Morro do Amaral, Iracema Cândido declara encerrada a reunião às 17h30min, sendo extraída a presente Ata, e assinada pela Presidente do Conselho, após aprovação dos demais Conselheiros.

**Magda Cristina Villanueva Franco**

Presidente - Conselho Deliberativo RDS Ilha do Morro do Amaral

**Iracema Cândido**

Vice-Presidente

**Guilherme Miozzo da Cunha**

**José Augusto de Souza Neto**

**Luiz Carlos da Silva Seixas**

SAMA - Unidade de Apoio aos Conselhos

**\*\*A gravação em áudio desta reunião se encontra arquivada na Unidade de Apoio aos Conselhos (SAMA.UAC)**





Documento assinado eletronicamente por **Magda Cristina Villanueva Franco, Gerente**, em 06/04/2026, às 15:07, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **28228095** e o código CRC **DDCF59B4**.

Rua Dr. João Colin, 2.719 - Bairro Santo Antônio - CEP 89218-035 - Joinville - SC - [www.joinville.sc.gov.br](http://www.joinville.sc.gov.br)

26.0.016356-0

28228095v105